



Redes. Revista do Desenvolvimento Regional

ISSN: 1414-7106

ISSN: 1982-6745

revistaredes@unisc.br

Universidade de Santa Cruz do Sul

Brasil

Marzano Araujo, Vanessa; Pereira Fortes, Dêlcio
O Arranjo Produtivo Local da Moda de Espinosa/MG: uma trajetória inesperada
Redes. Revista do Desenvolvimento Regional,
vol. 25, núm. 3, 2020, Septiembre-, pp. 1233-1256
Universidade de Santa Cruz do Sul
Santa Cruz do Sul, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i3.15049>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552067996016>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto



O Arranjo Produtivo Local da Moda de Espinosa/MG: uma trajetória inesperada

Vanessa Marzano Araujo

Universidade Federal de Minas Gerais – Montes Claros – MG – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7126-7018>

Délcio Pereira Fortes

UNIFIPMOC, UFMG e Unimontes – Montes Claros – MG – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9640-826X>

Resumo

O objetivo desse estudo é investigar o Arranjo Produtivo Local (APL) do vestuário em Espinosa/MG e seu impacto na dinamização da economia da região. O método levou em consideração dados secundários sobre a região e, principalmente, dados primários obtidos a partir de incursões em campo e de entrevistas semiestruturadas, com gestores das empresas e representantes do poder público, consultorias e instituições envolvidas direta ou indiretamente na governança do Arranjo. A pesquisa tem um cunho qualitativo, baseado na análise das informações coletadas. Os resultados apontam para uma experiência rica em relacionamentos e cooperação entre as empresas e os principais elos que participam do processo produtivo. O APL da Moda, como é conhecido, está localizado no extremo Norte de Minas Gerais, região semiárida distante dos grandes centros industriais e comerciais brasileiros, de forma que, por meio de iniciativa local, desenvolveu uma trajetória inesperada. Ele exerce notório impacto na economia regional, cria empregos, distribui renda, gera conhecimento, forma mão de obra e fornece estabilidade e dignidade às pessoas da região. No entanto, existem ainda algumas fragilidades nas ações coletivas e formas de cooperação institucional que precisam ser aprimoradas com o envolvimento de todos os agentes que compõem a governança do APL.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Confecção. Facção. Polo. Vestuário.

The Clothing Local Productive Arrangement of Espinosa/MG: an unexpected trajectory Abstract

The objective of this study is investigating the Local Productive Arrangement (LPA) of Clothing in Espinosa – Minas Gerais State and its impact on boosting the region's economy. The method took into consideration secondary data about the region and mainly primary data obtained from field research and semi-structured interviews with company managers and representatives of the Government, Consultancies and Institutions directly or indirectly involved in the governance of the Arrangement. The research has a qualitative nature based on the analysis of the information collected. The results point to a rich experience in relationships and cooperation between companies and the main links that participate in the production process. The LPA of Clothing, as it is known, is located in the far north of Minas Gerais State, a semi-arid region far from the major industrial and commercial centers in

Brazil, so that, through local initiative, it has developed an unexpected trajectory. It has a notorious impact on the regional economy, creates jobs, distributes income, generates knowledge, forms manpower, and gives stability and dignity to people in the region. However, there are still some weaknesses in collective actions and forms of institutional cooperation that need to be improved with the involvement of all agents that constitute the LPA's governance.

Keywords: Regional development. Clothing industry. Faction. Pole. Clothing.

El Arreglo Productivo Local de la moda en Espinosa/MG: una trayectoria inesperada

Resumen

El objetivo de este estudio es investigar el Arreglo Productivo Local (APL) de la ropa en Espinosa – Minas Gerais, reconocido por el Gobierno del Estado de Minas Gerais el 19 de agosto de 2019, y su impacto en el impulso de la economía de la región. El método tuvo en cuenta datos secundarios sobre la región y principalmente datos primarios obtenidos de incursiones de campo y entrevistas semiestructuradas con gerentes de empresas y representantes del poder público, Consultorías e Instituciones involucradas directa o indirectamente en la gobernanza del Arreglo. La investigación tiene una naturaleza cualitativa basada en el análisis de la información recopilada. Los resultados apuntan a una rica experiencia en las relaciones y la cooperación entre empresas y los principales vínculos que participan en el proceso de producción. El APL da Moda, como se le conoce, está ubicado en el extremo norte do Estado de Minas Gerais, una región semiárida lejos de los grandes centros industriales y comerciales de Brasil, por lo que, por iniciativa local, desarrolló una trayectoria inesperada. Tiene un impacto notorio en la economía regional, crea empleos, distribuye ingresos, genera conocimiento, capacita mano de obra y proporciona estabilidad y dignidad a las personas de la región. Sin embargo, todavía hay algunas debilidades en las acciones colectivas y formas de cooperación institucional que deben mejorarse con la participación de todos los agentes que componen la gobernanza de la APL.

Palabras clave: Desarrollo regional. Confección. Facción. Polo. Ropa.

1 Introdução

Este artigo objetiva estudar o Arranjo Produtivo Local (APL) do vestuário do município de Espinosa/MG. Os APL's podem ser entendidos como “[...] uma aglomeração territorial de atores econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes [...]” (LASTRES; CASSIOLATO, 2003). Quando esses vínculos adquirem consistência, há um salto de qualidade, que resulta numa maior cooperação, aprendizado e capacitação dos envolvidos, de maneira a criar um ambiente favorável à inovação competitiva.

Segundo Porter (1988, p. 78), “[...] o mapa econômico mundial está dominado pelos chamados *clusters* [...]” que são concentrações geográficas de empresas que se inter-relacionam em setores econômicos similares e complementares (PORTER, 1990; AZEVEDO, PEREIRA e CUNHA MASCENA, 2020). Em países em desenvolvimento, como o Brasil, o conhecimento sobre o funcionamento de *clusters* era pouco difundido, levando autores como Cassiolato e Lastres (2003) a construírem novas denominações que melhor se adequassem à realidade brasileira, a exemplo dos Arranjos Produtivos Locais (APL's). *Clusters* e APL's são conceitos muito semelhantes, os quais têm na concentração geográfica

uma das suas principais características; na verdade, o APL é um tipo específico de *cluster* que abrange pequenas e médias empresas, o que leva ao entendimento de que os *clusters* seriam compostos por empresas de maior porte e mais desenvolvidas (TEIXEIRA; NASCIMENTO FILHO, 2007).

Em 19 de agosto de 2019, o APL da Moda de Espinosa foi reconhecido como um polo de confecção pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma aglomeração de micro e de pequenas empresas de costura e de acabamento, denominadas *faccções*¹, que prestam esses serviços às confecções² existentes no município.

Segundo o representante do poder público de Espinosa, o marco inicial do APL surgiu em 2011, quando houve uma reunião entre as empresas de confecções de Espinosa, com a ideia de construção do polo, seguida de vários outros encontros nos quais o projeto começou a ser delineado. Numa dessas reuniões, com a participação do Prefeito de Espinosa, foi solicitada uma área para a construção de indústrias do setor de confecções. Quanto a isso, a gestão municipal da época optou por criar um Distrito Industrial, que abrigaria não só as indústrias de confecção, mas também todas as outras de diferentes segmentos que se interessassem em se instalar na região. Tal construção iniciou-se em 2011, com a desapropriação do terreno e início da terraplanagem.

Passada quase uma década desde sua concepção, surge, então, o problema de pesquisa: de que forma o Arranjo Produtivo Local (APL) do Vestuário de Espinosa estaria sendo estruturado sob uma perspectiva territorial capaz de manter a sua competitividade e atrair novos empreendimentos com enfoque em sistemas produtivos e inovativos locais?

O objetivo deste estudo é investigar o APL do Vestuário em Espinosa – MG e seu impacto na dinamização da economia da região.

Na sequência, o artigo apresenta a proposta metodológica e revisa a literatura sobre desenvolvimento regional e Arranjo Produtivo Local; em seguida, apresenta as principais características socioeconômicas e demográficas do município de Espinosa e a constituição do APL da Moda; logo após, discute sobre as transações comerciais, a capacidade inovativa e o aprendizado do arranjo estudado. Isso, além desta introdução e das considerações finais.

2 Proposta metodológica

A pesquisa teve um cunho exploratório/descritivo, baseada em um processo de pesquisa qualitativo, com o objetivo de estudar o nível de desenvolvimento do APL da Moda de Espinosa/MG, o estudo de caso (MERRIAM, 1998; GIL, 2002; YIN, 2005). Conforme a orientação de Lima (2004), a investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Ressalta-se que todos os procedimentos éticos para pesquisa de campo que envolvem seres humanos foram seguidos. Os instrumentos de coleta de dados foram levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e a observação direta (MERRIAM, 1998).

¹ Empresas do ramo do vestuário sem marca própria, que prestam serviços de costura e de acabamento às confecções. Em geral se constituem em micro e pequenas empresas.

² Empresas do ramo do vestuário que possuem marca própria.

A identificação dessas pessoas deu-se pelo método de amostragem intitulado “bola de neve”, que é uma forma de amostra não probabilística a qual utiliza cadeias de referência. Segundo Vinuto (2014), a partir desse tipo específico de amostragem, não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise.

Para a realização das entrevistas, inicialmente se explicaram os objetivos da pesquisa e foram apresentados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Após aceitação em participar da pesquisa, foram realizadas as entrevistas, utilizando-se roteiro próprio, com gestores ou proprietários de 10 empresas do APL – sendo três confecções e sete facções (cinco de costura e acabamento, uma de bordados e uma lavanderia) –, representante do poder público e representante do SEBRAE/MG, que compõem a governança do APL. Foram entrevistadas dezessete pessoas. As entrevistas ocorreram de modo presencial nos municípios de Espinosa/MG e de Montes Claros/MG, no período de agosto a outubro de 2019. Foram obtidos documentos sobre o Distrito Industrial e do APL da Moda de Espinosa/MG por meio dos atores entrevistados envolvidos direta ou indiretamente no Arranjo.

Finalmente procedeu-se à análise de conteúdo das diferentes fontes de dados (entrevistas e documentos), que permitiu um entendimento sobre os diversos aspectos do APL da Moda.

3 Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais

A partir da segunda metade do século XX, surgiram diversas teorias sobre o desenvolvimento regional, destacando-se as formuladas por Perroux, Hirschman e Myrdal que, de diferentes maneiras, defendem a intervenção governamental para correção das distorções provocadas pelas forças do mercado, as quais tendem a construir um desenvolvimento concentrado espacialmente, desequilibrado economicamente e injusto socialmente.

Perroux (1967, p. 102) propõe que assimetria e irreversibilidade são as características principais dessa nova “teoria da dominação”. Nesse sentido, Perroux (1977) explica que o crescimento de uma economia não se processa de modo estático. Isso porque indústrias aparecem e desaparecem ao longo de períodos sucessivos. Uma nova indústria possibilita o surgimento de outras indústrias ao longo do tempo e o crescimento, então, não ocorre simultaneamente em todas as partes do mundo. Perroux (1977, p. 146), de forma contundente, afirma que “[...] o crescimento não é linear nem igualmente distribuído espacialmente [...]”, sendo necessariamente desequilibrado.

Ainda segundo Perroux (1967, p. 164), “[...] o crescimento manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento [...]”, que deveriam ser entendidos como uma unidade motriz num determinado meio. É criada, assim, uma atmosfera favorável aos negócios, que gera iniciativas e estímulos, produzindo novos empreendimentos que podem, em seu conjunto, se transformar num polo

industrial, geograficamente concentrado, capaz de alterar toda a estrutura econômica de uma determinada região (PERROUX, 1967).

Isso talvez explique o ímpeto e a determinação dos povos em condições menos favoráveis de procurarem, a qualquer custo, o seu desenvolvimento, o que levou Hirschman (1961) a desenvolver os conceitos dos encadeamentos para frente e para trás como principais indutores do desenvolvimento.

Hirschman (1977) concorda com a visão desequilibrada de crescimento, que provoca uma concentração espacial econômica em torno dos pontos nos quais o processo se inicia, gerando desequilíbrios regionais capazes de gerar pressões, tensões, coerções e proporcionar o crescimento em outros polos. O desenvolvimento, por sua vez, para ser sustentado, exige o que o autor chama de solução em cadeia ou sequência, ou seja, um investimento isolado num determinado setor deve ser acompanhado por um progresso em outra parte, avante ou a ré. A falta de encadeamento é, dessa forma, uma das razões principais para o subdesenvolvimento.

Na prática, nem todas as economias conseguem crescer no mesmo ritmo, criando desigualdades regionais em várias partes do mundo, fato que ganhou notoriedade com a publicação por Gunnar Myrdal de sua teoria da causação circular cumulativa, em 1957. Num mundo que claramente se dividia entre um pequeno número de países ricos e uma grande maioria de países pobres, Myrdal (1972, p. 47) propõe que “[...] a principal hipótese para o estudo do desenvolvimento e subdesenvolvimento seja a da interdependência circular dentro do processo de causação circular cumulativa [...]”, semelhante ao que ocorre num círculo vicioso.

Segundo Myrdal (1972), esse tipo de processo funciona se a mudança inicial for favorável ou desfavorável, gerando respectivamente expansão – que cria economias externas – ou contração – devido às suas perturbações externas. Assim, ela se aplica tanto quando se fecha uma fábrica numa região ou quando ocorre um investimento novo significativo, desencadeando um processo de causação circular, com efeitos que se acumulam à feição de um círculo vicioso ou virtuoso. Dito de outra forma, Myrdal (1972, p. 63) afirma que “[...] há uma tendência inerente no livre jogo do mercado de criar desigualdades regionais e que essa tendência tanto mais se agrava quanto mais pobre for o país [...]”. O autor é, então, favorável a que, em países subdesenvolvidos, os governos intervenham na economia e estimulem o desenvolvimento em prol da melhoria de vida de sua população.

Em meio a tantas abordagens teóricas, tornou-se emblemático o exemplo italiano. Após experimentar um surto de crescimento no período pós-guerra, a Itália viu seu modelo baseado na produção de produtos padronizados em larga escala, privilegiando as grandes instalações, ruir na década de 1970 com a crise econômica mundial. Segundo Garofoli (1993), surgiu a oportunidade de, na região conhecida como Terceira Itália, criar um novo caminho que valorizasse os recursos locais, as indústrias tradicionais, a mão de obra mais flexível, mais disponível e menos sindicalizada.

As pequenas empresas passaram, diante disso, a ser consideradas capazes de gerar dinamismo econômico, desde que aglomeradas em um mesmo espaço geográfico. Ao estudar modelos de desenvolvimento endógeno, especialmente na Itália, Garofoli (1992) observou que os casos mais paradigmáticos eram aqueles constituídos pelo sistema de pequenas empresas em um território, modelo que

pode parecer, à primeira vista, associado ao fechamento, ou isolamento, autocêntrico. Ao contrário, o desenvolvimento endógeno deve ser entendido como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas num primeiro momento, criando, a partir daí, um ambiente favorável para a manutenção das empresas instaladas e para atração de novos empreendimentos.

Garofoli (1993) destaca fatores endógenos de grande importância para o sucesso do novo modelo de desenvolvimento, como: a articulação e a mobilidade social, comportamentos homogêneos, trabalhadores autônomos, artesanato local e profissionalização dos trabalhadores. Cassiolato e Lastres (2015) ressaltam que desenvolvimento requer acumulação e avanço técnico. Além disso, conforme Klein (2017), a comunidade local deve ser capaz de utilizar o potencial do desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural.

Essas formas novas de organização econômica e social bem sucedidas levaram teóricos, como Reis (2002), a questionar a universalidade da globalização, que, a seu ver, constitui mais uma metáfora. Para o autor, a globalização propriamente dita é apenas uma parte de um todo, não representando um universo completo. O autor propõe acrescentar, então, ao universo da globalização outros dois universos: o da não globalização e o das trajetórias inesperadas. O universo da não globalização abrange, de um lado, as camadas e legiões de excluídos de todo o processo e, por outro lado, as formas de resistência assentadas em bases alheias ao processo dominante, mantendo sua interação institucional e autonomia. Já o universo das trajetórias inesperadas reúne pessoas, processos e fatores que são capazes de traçar seus próprios caminhos, partindo de um contexto próprio, local (REIS, 2002).

Reis (2002) ressalta que existem iniciativas que partem de um contexto próprio que também pode ser chamado de “local”, capazes de gerar sua própria e inesperada trajetória, em que prevalece a economia do conhecimento e da aprendizagem, obtendo, ainda que de forma mais lenta, interações cooperativas e eficiência adaptativa, que merecem um olhar cuidadoso e não podem ser desprezadas.

Essa visão territorialista tem sido radicalizada a extremos, levando autores como Brandão (2006) e Vieira (2017), a criticarem abertamente essa postura localista exagerada e explícita a qual acredita que as localidades teriam condições de conduzir seu autoprocesso de desenvolvimento, baseando-se exclusivamente em sua vontade e determinação; questões relativas às relações de classes, poder econômico, hegemonia oligopolista, apropriação de riquezas e conflitos seriam aspectos secundários, sem importância na nova perspectiva e que não deveriam mais ser considerados no novo enfoque.

Bastaria, então, que alguma localidade descobrisse seu diferencial para que o mercado a incluísse no seleto rol de locais para sua próxima rota de investimentos. O local ganharia, dessa forma, extrema importância, passaria a poder tudo e a apresentar vantagens comparativas de várias naturezas que garantiriam sua inserção no mundo dos negócios mercantilizados (BRANDÃO, 2007; VIEIRA, 2017).

Conforme Brandão (2007), economias em vias de desenvolvimento, como a brasileira, são originadas de má formação estrutural e é assim que devem ser enfrentadas. As políticas públicas devem, assim, tensionar o conjunto de forças do atraso que sempre se beneficiaram com ele. Essa luta deve se dar em todas as

escalas. É transescalar! No Brasil, segundo Brandão (2007), será necessário construir escalas intermediárias entre o local e o global, que são alvos de destruição pela política neoliberal.

É nesse contexto, diante de todas essas abordagens não congruentes, que se propõe desenvolver o presente artigo, o qual leva em consideração as diferentes vertentes de pensamento com relação ao desenvolvimento econômico regional, que, na visão de Furtado (1983), não deve ser confundido com crescimento econômico regional, cuja suposta autonomia localizada apenas reproduziria os mesmos interesses, lacunas, imperfeições e desigualdades, tornando-se mera complementaridade de sua cadeia produtiva, estando presa e subordinada a decisões tomadas à distância, nos verdadeiros centros do poder.

4 Espinosa/MG e a constituição do APL da Moda

O município de Espinosa está localizado no extremo Norte do Estado de Minas Gerais, inserido na região imediata de Espinosa e intermediária de Montes Claros. Trata-se de pequeno município do interior norte-mineiro sem grandes atrações turísticas, ocupando uma área territorial de 1.868,970 km². Juntamente com outros 15 municípios, Espinosa compõe o chamado Circuito Serra Geral de Minas, que abrange uma área de 20.581,20 km² (IBGE, 2010).

Além da pecuária, o cultivo do algodão era principal atividade de sustentação econômica da região. A partir de 1990, uma praga, atribuída ao bicudo, devastou todas as plantações da região, causando sérios prejuízos, que fizeram a demanda interna do produto entrar em declínio. Nos anos 2000, grande parte da população encontrava-se desempregada e muitos migraram para outros municípios. Foi quando o segmento de confecção começa a surgir como uma alternativa para a economia local que em 2017 constituiu o segundo setor que mais empregava na região, atrás apenas do setor público (IBGE, 2017).

O município de Espinosa, segundo censo de 2010, apresentava população de 31.113 pessoas (densidade demográfica de 16,65 hab/km²), projetando para 2019 uma estimativa de 31.617 pessoas. Em 2016, o salário médio mensal era de 1,4 salários mínimos. A população ocupada era de 3.424 pessoas, sendo 2.635 assalariadas empregadas em 651 empresas atuantes, resultando numa proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 10.6%. O PIB per capita era de R\$8.578,93. Apresentou 2,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 61,4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2,1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. Seu IDH era de 0,627, ocupando a 674ª posição no ranking das cidades mineiras (IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elaborado pela Fundação João Pinheiro/IPEA, era 0,630, situado entre os extremos de 0,530 e 0,810 dos municípios mineiros. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) é equivalente a 0,573, posicionado entre os extremos obtidos dos diversos municípios mineiros que vão de 0,461 até 0,744. Com relação à escolaridade, em Espinosa, em 2010, 37,49% da população de 15 anos ou mais possuíam ensino fundamental completo. Esse percentual é maior do que o verificado em 2000, que foi de 20,23%. O indicador referente à proporção de pessoas entre 18 e 64 anos empregadas no

setor formal, dentre a população da mesma faixa etária do município, passou de 13,40% para 14,70% entre 2014 e 2017 (IMRS, 2020).

O primeiro estudo sobre o polo foi realizado em 2011 pelos empresários da região com a ajuda da Associação Comercial e Empresarial – ACE de Espinosa, mostrando o impacto do arranjo na economia do município. Em 2012, o Sebrae fez um diagnóstico que antecipava alguns problemas potenciais, como falta de mão de obra qualificada, necessidade de criar novos mercados e de promover uma superestrutura de divulgação, treinamento, capacitação, eventos e atração de novos parceiros, o que proporcionaria mais competitividade e visibilidade ao polo. O polo foi identificado como de confecção ainda incipiente, produzindo produtos básicos sem diferenciação, com foco no preço baixo.

Em 02 de janeiro de 2017, foi inaugurado o Distrito Industrial de Espinosa, quando se deu o *start-up* da empresa âncora. Nesse ano, o Sebrae apresentou um projeto de intervenção para que o setor se desenvolvesse e profissionalizasse, considerando, inclusive, a possibilidade de essas facções atenderem a outras empresas fora do território, com prestação de serviços de costura e acabamento para grandes magazines como Marisa, C&A, Magalu.

Como fruto de uma consultoria da Fiemg/Sebrae denominada Cultura da cooperação, foi criado um grupo de trabalho para desenvolver essa competência/habilidade, de modo que desse embrião nasceu o Grupo Costurar, considerado uma das iniciativas mais importantes do Arranjo. Uma das principais ações do Grupo Costurar foi a criação da escola de costura, transformada atualmente numa parceria entre os empresários do setor e a Prefeitura de Espinosa. A escola funciona em dois turnos (manhã e tarde), com média de 21 alunos por período. Não há restrição de sexo, escolaridade e idade para ingressar, sendo apenas necessário comprovar o registro no Cadastro Único (Bolsa Família). O curso dura 45 a 50 dias e ensina todas as operações do processo de costura e de acabamento.

O Grupo Costurar ainda é uma instituição informal, sem CNPJ, pois não foi promulgado um estatuto, mas funciona como tal, promovendo reuniões quinzenais entre os participantes. O grupo chegou a abranger 26 empresas, depois 19 e agora possui 16 membros efetivos. Considerando os municípios de Espinosa, Monte Azul e Mamonas, o APL da Moda abriga mais de 50 empresas, o que torna o Grupo Costurar, apesar de mais enxuto, ainda bem representativo do Arranjo (GRUPO COSTURAR, 2019).

O polo têxtil da região conta hoje com 9 confecções e outras 45 unidades de produção de menor porte, responsáveis pela costura e o acabamento das peças de roupas. Hoje existem cerca de 1200 funcionários trabalhando regularmente nas confecções e facções do arranjo, localizadas em diferentes endereços dos municípios da região, Espinosa, Mamona e Monte Azul, incluindo área rural. As principais confecções são de camisaria, malharia e jeans. Espinosa conta com 34 empresários de confecções e facções que movimentam mais de 55 milhões de reais por ano (GRUPO COSTURAR, 2019).

O Distrito Industrial abriga o polo de confecções, que é constituído de 17 galpões de 225 m², 01 galpão de corte de 735 m², 02 galpões de expedição de 735 m² e 01 galpão de matéria-prima de 735m², construídos entre 2014 e 2018 por meio de um convênio com o Governo do Estado (Figura 1).

Figura 1 - Galpões construídos no Distrito Industrial José Leão Pereira

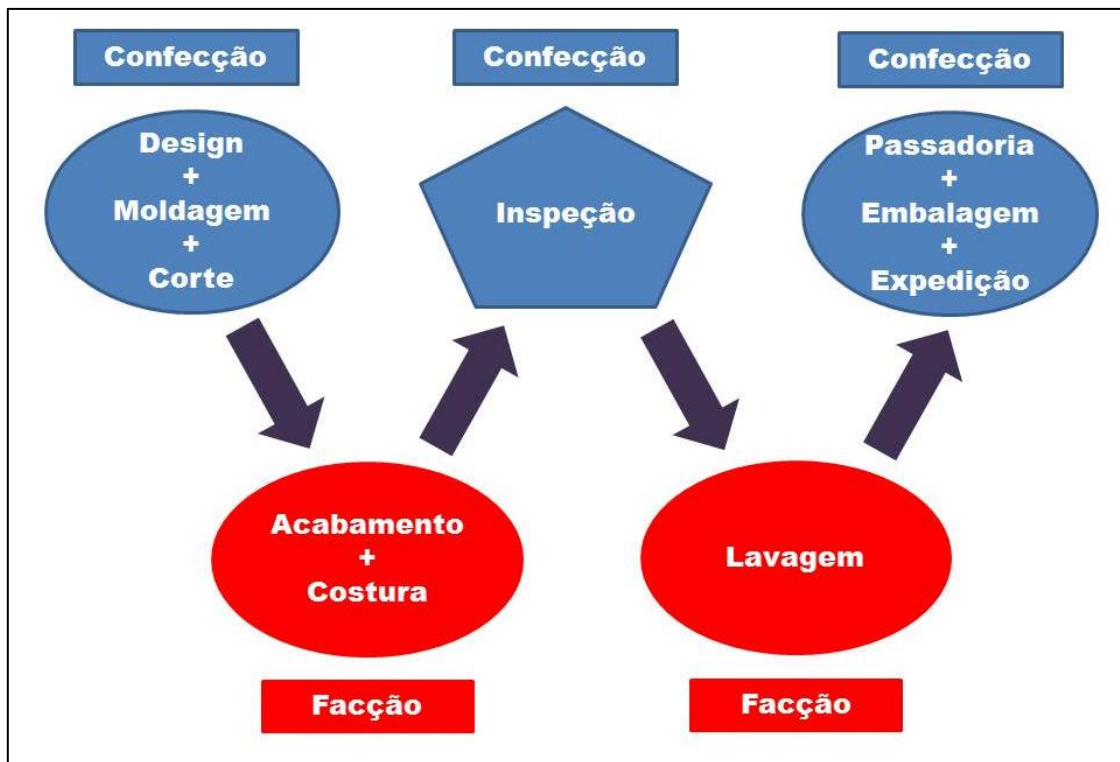


Fonte: Prefeitura Municipal de Espinosa (2019).

Os galpões estão sendo doados para as indústrias de confecções e facções mediante edital. Com a aquisição dos galpões, os custos financeiros das facções de pequeno porte serão reduzidos, aumentando sua competitividade de mercado. A previsão é de que mais 17 novas empresas estarão instaladas no Distrito Industrial.

Conforme entrevistas realizadas, há um consenso, em relação à origem do polo de confecções de Espinosa, de que as facções foram surgindo de forma natural em virtude da existência de algumas confecções de médio porte já existentes na região, as quais adotaram o modelo horizontal de produção, terceirizando os serviços de costura/acabamento/bordado/lavanderia, conforme fluxograma abaixo (Figura 2).

Figura 2 - Modelo horizontal de produção



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Devido à baixa qualificação da mão de obra e oferta abundante, as confecções não cogitam internalizar a etapa de acabamento e costura, por meio de equipamentos ou tecnologias mais automatizadas.

O Distrito Industrial abriga atualmente a empresa âncora do APL, que, com investimento próprio de aproximadamente R\$2.800.000,00 e apoio do Governo do Estado Minas Gerais, bem como da Prefeitura de Espinosa com a doação de 3 galpões, iniciou as suas atividades no Distrito Industrial em janeiro de 2017 (Figura 3).

Figura 3 - Galpões da empresa âncora no Distrito Industrial



Fonte: Prefeitura Municipal de Espinosa (2019).

A empresa âncora investiu num sistema automatizado para o corte das peças, o que lhe conferiu agilidade, qualidade e rendimento. Nesse processo, o corte dos tecidos é realizado automaticamente pelo robô, resultando numa economia de tempo, maior precisão e qualidade para o processo. O design da peça, que antes era desenvolvido manualmente e demorava várias horas, agora é realizado por um software em menos de 10 minutos, com melhor aproveitamento do tecido. Assim, na visão do seu representante, a principal dificuldade para se operar a empresa âncora atualmente é a qualidade da mão de obra. Os equipamentos atuais exigem um nível de leitura, interpretação e formação escolar que os atuais candidatos não possuem. Nas inserções em campo, percebeu-se que, na empresa âncora e suas facções, há grande preocupação com a satisfação dos funcionários e que toda a gestão é fundamentada com esse objetivo, tendo o aval e o exemplo de seu proprietário e fundador.

O representante do poder público considera primordial o papel da empresa âncora no Arranjo, pois foi a pioneira na contratação de serviços na cidade, incentivando a criação e o crescimento das chamadas facções, que passaram a contratar e empregar mais pessoas na região. A empresa âncora é uma das poucas empresas da região que recebem incentivo da Sudene e fornece produtos para os 27 estados do Brasil, sendo a principal referência industrial do município de Espinosa. Segundo o representante dessa empresa, o custo é também uma parte sensível na análise de seu desempenho, pois a principal matéria-prima são os tecidos, mas alguns deles são importados. Em 2019, com o dólar mais alto, houve um reflexo negativo que pressionou os indicadores operacionais e contábeis da empresa âncora. Todos esses fatores externos dificultadores confirmam, então, os pressupostos da teoria defendida por Brandão (2007), que questiona o tão propalado poder ilimitado à escala local que ignora questões cruciais como câmbio, juros, tributos, legislação, questões financeiras e monetárias.

Além da empresa âncora, estão operando no Distrito Industrial 6 facções, sendo algumas exclusivas dela e outras atendendo também a magazines de outras partes do Brasil. As facções são auditadas periodicamente em termos de qualidade, segurança, higiene e relações trabalhistas, de modo que ninguém pode trabalhar sem carteira assinada, ganhar menos que um salário mínimo, além dos demais requisitos exigidos pela legislação brasileira. Segundo o representante do poder público, “[...] é claro que podem existir empresas dentro do município que burlem essa regra, pagando menos de um salário mínimo para seus funcionários, mas certamente é uma minoria [...]”. Ainda de acordo com ele, a informalidade no município tem diminuído muito desde 2011, graças a essa política adotada pelo segmento de confecções que tem reflexo no resultado geral em toda a economia da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA, 2019).

O representante do poder público considera também a mudança das empresas para o Distrito Industrial como uma vantagem logística. Além disso, ainda existe uma área de 200.000 m² disponível para uma eventual expansão das empresas. Apesar dessas vantagens aparentes, há ainda muita resistência das empresas em efetuar a mudança para o Distrito Industrial, devido à cultura local acostuada a pequenos deslocamentos entre casa e trabalho, a de almoçar em casa, levar os filhos para a escola, morar próximo ao local de trabalho. Já na percepção do representante da empresa âncora, muitas empresas estão receosas

em mudar devido à falta de uma estrada auxiliar de acesso, prevista no projeto original e que ainda não foi construída. Segundo ele, “[...] a iniciativa privada iniciou os trabalhos, mas não houve a contrapartida do poder público para a continuidade, devido ao Estado estar ‘quebrado’ e a Prefeitura estar totalmente comprometida financeiramente com os pagamentos de precatórios [...]”. Assim, na sua visão, “[...] o que precisa melhorar é o investimento em infraestrutura, pois, às vezes, as pessoas passam por Espinosa e não sabem que existe ali um polo dessa dimensão [...]”.

Essa visão confirma a teoria de que o desenvolvimento do APL necessita da participação ativa do Estado, sendo fundamental o papel desempenhado pelas instituições públicas no desenvolvimento da sustentabilidade do Arranjo no tocante ao seu capital social, acesso à educação, saúde, crédito, centros de pesquisa, serviços empresariais, infraestrutura logística, articulação de recursos, conexão de mercados e mobilização dos fatores endógenos (BRANDÃO, 2006; SUZIGAN *et al*, 2004). Assim, perceberam-se nas incursões em campo as fragilidades e fortalezas do polo industrial, que envolvem seus atores principais. De um lado, o poder público (reforçado pela percepção do Sebrae) ressentia-se de uma maior profissionalização e proatividade do setor privado, que insiste em permanecer na sua zona de conforto sem promover as mudanças necessárias de comportamento no seu chão de fábrica. Do outro lado, os empresários consideram tímida e incompleta a atuação do poder público (também reiterada pelo Sebrae) com relação às melhorias necessárias para tornar o polo têxtil de Espinosa uma referência nacional.

Localizado numa região pobre do Estado, onde normalmente a Prefeitura carrega sozinha o ônus de ser o principal empregador de seu município, o APL da Moda possui notório impacto na economia local, criando um mercado de trabalho próprio, que gera renda, qualifica profissionais, reduz a migração e fornecendo dignidade às pessoas.

O polo têxtil da região de Espinosa conta hoje com nove confecções e 45 facções – sendo que sete dessas empresas se encontram instaladas no novo Distrito Industrial –, gerando cerca de 1200 empregos diretos na região. O Grupo Costurar, com o apoio do poder público, criou a Escola de Costura, que supriu a necessidade de mão de obra qualificada pelas empresas da região. As pessoas que fazem os cursos de costureira e que demonstram ter a habilidade necessária saem empregadas, independentemente do momento econômico por que passa o país, o que impede o eventual êxodo típico de outras cidades no Norte de Minas (GRUPO COSTURAR, 2019).

Outro aspecto importante que o Arranjo proporcionou para o município foi melhorar a empregabilidade das mulheres, as quais antes, só se dedicavam ao serviço doméstico, dentro ou fora de seus lares, por um salário que dificilmente ultrapassava duzentos reais. Em 2019, com a demanda por costureiras nas facções, que normalmente pagam o salário mínimo, a renda das famílias melhorou consideravelmente, pois tanto o homem como a mulher contribuem significativamente para o orçamento da casa, o que impacta positivamente na economia geral do município.

Além disso, o Governo do Estado de Minas Gerais reconheceu oficialmente o APL da Moda em agosto de 2019, com potencial para desempenhar um papel

socioeconômico relevante na geração de emprego e renda, sinalizando com essa ação que considera políticas de fomento ao desenvolvimento de uma aglomeração de empresas mais efetivas do que quando direcionadas às que operam individualmente.

A empresa âncora do Arranjo é responsável pelo maior número de facções existentes no município. Outras duas confecções de médio porte estão sediadas na zona urbana do município, mas têm planos de mudança para o Distrito Industrial. Todas as seis facções entrevistadas trabalham para essas três confecções citadas, o que demonstra a relação de dependência entre as facções e as médias empresas do Arranjo (confecções). Não foi identificada nenhuma microempresa que trabalhasse de forma independente. A lavanderia é a única empresa pesquisada que está sediada na zona rural e presta serviços às principais confecções do arranjo. A amostragem fornece, assim, uma ideia do mosaico diversificado de atividades que o aglomerado utiliza para buscar competitividade por meio de suas externalidades citadas no trabalho pioneiro de Marshall (1985).

As empresas do Arranjo podem ser classificadas como: (I) microempresas (possuem até 19 funcionários), representando 60% do total de empreendimentos; (II) pequenas empresas (20 a 99 funcionários), representando 20%; (III) médias empresas (100 a 499 funcionários), completando os restantes 20%. Essa distribuição, contemplando 80% das empresas como micro ou pequenas, confirma o que havia sido observado por Garofoli (1992), ao estudar o desenvolvimento endógeno na Itália, de que as pequenas empresas podem gerar dinamismo econômico, desde que aglomeradas num mesmo espaço geográfico. A maioria das empresas (66,7%) foi fundada a partir do ano 2000, sendo apenas 33,3% fundadas até 1980. A empresa âncora que constitui a maior empresa, foi fundada em 1984. A origem do capital, tanto das micro, pequenas quanto médias empresas do Arranjo, é 100% de origem nacional, de um único sócio. Nas inserções de campo, percebeu-se certa aversão a empréstimos, devido aos altos juros bancários e à burocracia envolvendo tais operações de crédito. Nas micro e pequenas empresas, há equilíbrio no perfil do sócio-fundador, com presença de 50% de mulheres e 50% de homens, muitos(as) tendo se aventurado na carreira empreendedora pela primeira vez. Percebeu-se ainda, durante a pesquisa de campo, que, em cinco das seis facções pesquisadas (83,3%), a sócia-proprietária está diretamente envolvida na gestão da facção, possuindo um(a) gerente ou um encarregado(a) de produção para lhe auxiliar.

Segundo os representantes de uma das facções incluídas na pesquisa, “[...] a adaptação das costureiras autônomas ao ritmo das facções é muito difícil, pois elas ‘quebram’ a produção, por serem muito lentas, prejudicando o trabalho de toda a equipe [...]”. Esse aspecto reacende o debate, proposto por Iglioni (2001), de que o aumento da capacidade produtiva e da competitividade das empresas é o propósito principal no processo de formação e de desenvolvimento do APL, com foco na redução dos custos e na escala de produção.

Para a maioria das facções, a proximidade com a empresa âncora é a grande vantagem em participar do Arranjo, além da estabilidade da mão de obra, graças à Escola de Costura, que aumentou a oferta desse tipo de profissional. Markussen (1995, p. 15) já previa em sua classificação tipológica dos Novos Distritos Industriais (NDI's) o tipo Centro-Radial, em que a estrutura regional se articula em torno de uma grande indústria, que exerce grande influência e poder no arranjo. Outra

vantagem citada pelas facções é o fato de estarem agora no seu prédio próprio, pois, antes, pagavam aluguel na cidade. Todavia, consideram que a infraestrutura do Distrito Industrial requer investimentos quanto a asfaltamento, iluminação, transporte, alimentação, entre outros, para os quais falta apoio da Prefeitura.

Ficou evidente durante a pesquisa a importância de os empreendedores locais comungarem dos mesmos credos e frequentarem os mesmos lugares, com vistas para a construção de um modelo de sociabilidade denominado pelos teóricos como capital social, que os ajuda a atingir objetivos comuns. Existe um consenso (Bourdieu, 1988; Coleman, 1988; McNaughton, 2000; Putnam, 1993; Costa e Costa, 2007) de que a presença de capital social traz benefícios à sociedade, potencializando a aprendizagem, a mobilidade social, o desenvolvimento econômico e a vitalidade da comunidade.

A representante de outra facção vê como oportunidade a conquista de novos clientes e enxerga como ameaças a crise do mercado (afetando as vendas da empresa âncora) e o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário e Calçado de Montes Claros, que está exigindo o pagamento de um salário de referência para as costureiras, superior ao salário mínimo. Considera ainda fundamental abandonar o comodismo, sair da zona de conforto e ir atrás de novos clientes em outros Estados, como São Paulo, a fim de reduzir a dependência extrema que possui da empresa âncora.

Outro empreendimento digno de destaque e fundamental para o Arranjo é uma facção que atua como lavanderia industrial, localizada numa fazenda na zona rural do município. A microempresa presta serviços para várias empresas, como a empresa âncora e outras confecções menores do município não contempladas na pesquisa, cujas linhas de produção incluem camisas, bermudas, saias e calças jeans que, depois de prontas nas confecções, precisam ser lavadas, amaciadas e descoloridas com permanganato de potássio. A grande dificuldade da empresa é a falta de clientes, uma vez que sua capacidade é bem superior à demanda.

5 Transações comerciais, Capacidade Inovativa e Aprendizado do APL da Moda de Espinosa/MG

Com relação ao destino das vendas, a produção maciça das confecções vai para os grandes centros nos diferentes estados da federação, uma vez que o mercado local da região é insignificante (menor que 1%). As microempresas (facções), por sua vez, trabalham exclusivamente para as confecções locais de maior porte. Esse dado revela uma armadilha do APL da Moda. Comparado a outros polos de confecção, o índice de 100% para fornecimento local indica uma dependência absoluta das confecções pelas facções, o que compromete o desenvolvimento e a sobrevivência do Arranjo, especialmente em momentos de crise, como a que se atravessava na ocasião da pesquisa de campo (2019).

Em termos de manutenção da competitividade, os fatores mais importantes para as médias empresas do Arranjo são custo da mão de obra, nível tecnológico dos equipamentos, estratégias de comercialização e qualidade do produto. Já para as microempresas, são custo da mão de obra e qualidade da matéria-prima e outros insumos.

A capacidade de gerar inovações, conforme Cassiolato e Szapiro (2003), é um fator-chave para empresas e nações alcançarem um desenvolvimento bem-sucedido. Nesse aspecto, nos últimos dois anos, 100% das médias e pequenas empresas fizeram inovações no desenho de produtos, mas apenas metade das microempresas introduziu inovações, o mesmo se repetindo com relação à introdução de novas práticas de gestão. Quanto a mudanças significativas nos conceitos e/ou práticas de comercialização, 100% das empresas de porte médio e 50% das de pequeno porte investiram nessa área, sem nenhum registro para as microempresas.

Nas microempresas, o maior impacto resultante da introdução de inovação foi no aumento da participação no mercado interno da empresa. Nas pequenas empresas, foi no aumento da qualidade dos produtos. Nas médias empresas, os maiores impactos foram no aumento da produtividade, na ampliação da gama de produtos ofertados e aumento da qualidade dos produtos. O tipo de atividade inovativa desenvolvido rotineiramente em 2019 por todas as empresas pesquisadas foi a capacitação. Na troca de conhecimentos e processos de aprendizagem, observa-se internamente a predominância nas pequenas e microempresas do conhecimento tácito, de “[...] caráter mais intuitivo, experimental, informal, limitados às fronteiras locais, representando, justamente por isso, a vantagem competitiva de não poderem ser transferidos para outras localidades [...]” (VILLASCHI; CAMPOS, 2002). Nas médias confecções, prevalece a forma tradicional de troca de informações, que é taxada por Villaschi e Campos (2002) como decodificada e, portanto, de fácil difusão.

As fontes externas mais citadas, independentemente do porte da empresa, foram os clientes, os concorrentes, os fornecedores de equipamentos/insumos e as consultorias que contribuíram tanto formal como informalmente. Isso confirma a ótica teórica de Schmitz (1997), quando pondera que a consolidação de um *cluster* só se dá quando, além das economias externas defendidas por Marshall, há também uma ação deliberada, consciente, conjunta, exercida por meio da cooperação entre as empresas, denominada por ele de “eficiência coletiva”. Ademais, a localização geográfica de Espinosa, distante dos grandes centros, é citada como uma dificuldade para se estabelecer um elo mais forte com os fornecedores de insumos, de equipamentos e os concorrentes, o que foi ressaltado por Porter (1988) como fundamental para a sobrevivência de um *cluster*. Percebeu-se, nas inserções em campo, um entendimento de que inovação não se consegue isoladamente e que a chave reside nos conhecimentos limitados às fronteiras locais, intransferíveis para outras regiões (VILLASCHI; CAMPOS, 2002).

Quanto à intensidade e à frequência de parceria com empresas do Arranjo ou fora dele, concorrentes, universidades, sindicatos, órgãos ambientais, agentes financeiros, institutos de pesquisa e afins, a pesquisa detectou significativa ausência de iniciativas e ocorrências nesse campo, o que sinaliza um campo ainda a ser explorado e desenvolvido pelo APL. Ademais, apenas uma confecção de maior porte do arranjo declarou desenvolver formas de cooperação nos últimos dois anos para compra de insumos e equipamentos, desenvolvimento e divulgação de seus produtos, demonstrando outra fragilidade do APL da Moda de Espinosa.

Para as microempresas pesquisadas, a principal vantagem de estarem localizadas no Arranjo é a proximidade com as confecções para as quais prestam serviços. Para a empresa âncora, trata-se da disponibilidade de mão de obra qualificada. O baixo custo da mão de obra foi também considerado, por todas as empresas, como uma vantagem média, baixa ou até nula. As notas baixas atribuídas especialmente com relação à existência de programas de apoio e disponibilidade de mão de obra qualificada pelas microempresas reforça a fragilidade comentada anteriormente, tendo em vista também a inexistência de Faculdades e Centros Tecnológicos no município.

Com relação às transações comerciais realizadas localmente para as microempresas (facções) que vendem seus serviços para as confecções locais, a importância é alta, atribuindo-se o índice máximo igual a 1 (um). Já para as pequenas e médias empresas, que são as confecções locais, a relevância foi considerada nula, o que corrobora o que foi dito com relação à fraca governança mercantil, devido principalmente à localização de Espinosa, muito distante dos grandes centros comerciais e produtivos do País.

Ao questionar a universalidade da globalização, Reis (2002) apresentou outra perspectiva, que denominou trajetórias inesperadas, que seriam um mecanismo mais lento reunindo pessoas, processos e fatores que são capazes de traçar seus próprios caminhos, partindo de um contexto próprio, local. Assim, é muito importante pesquisar as características da mão de obra local, suas habilidades e competências, representando uma das dimensões da territorialização provocada pela globalização. Lealdade, comprometimento, conhecimento prático e/ou técnico na produção, disciplina, flexibilidade e criatividade são as principais características da mão de obra disponível local na percepção das microfacções, que são as empresas as quais mais empregam na região e que necessitam do imediato envolvimento do recém-contratado na produção.

Ressalta-se que as empresas do Arranjo de modo geral avaliam como nula a contribuição dos sindicatos, associações e cooperativas locais na promoção de ações cooperativas ou dirigidas para capacitação tecnológica de empresas, na criação de fóruns e ambientes para discussão de assuntos de interesse comum, na organização de eventos técnicos e comerciais. Declararam que não participam ou têm conhecimento sobre algum tipo de programa ou ações voltadas para Médias e Pequenas Empresas (MPes), nem de políticas voltadas ao APL com objetivo de criação, consolidação e/ou aperfeiçoamento com relação à governança, capacitação, inovação e qualidade, administração e gerenciamento, infraestrutura física (logística), financiamento (inovação, giro e capital), incentivos e meio ambiente.

Isso demonstra certa fragilidade em termos de governança associativa do APL da Moda de Espinosa, que, conforme Cario e Nicolau (2012), é aquela realizada via associações locais de classe e coordenação geral, que o assemelha à maioria dos APL's pesquisados no Brasil, mas que o diferencia totalmente dos paradigmáticos distritos industriais italianos retratados por Becattini (1994).

Um ponto comum observado nas experiências com APL's é a sua capacidade de gerar economias externas, obtidas pelo fato de estarem operando em forma de aglomerações (SUZIGAN, 2006). Esses benefícios, aliados aos obtidos incidentalmente, resultam no que Schmitz (1997) denominou como eficiência

coletiva. Já as diferenças ocorrem na forma como fluem as informações, os recursos, as trocas, a cooperação, as inovações e conforme o grau de horizontalização ou verticalização da produção. Assim, é necessário identificar a contextualização, caracterizar o APL, conhecer suas particularidades e identificar sua tipologia para a partir daí diagnosticar a situação atual para propor o que pode ser mudado em termos de gestão e políticas industriais mais adequadas.

O APL da Moda, do ponto de vista tipológico, apresenta as características que Markussen (1995, p. 15) denominou de NDI Centro-Radial, que ocorre quando uma empresa importante “puxa” o desenvolvimento regional, que, neste caso, é a empresa âncora.

Sob a perspectiva de classificação das autoras Mytelka e Farinelli (2000), o APL da Moda poderia enquadrar-se na categoria “construído”, com a implantação do Distrito Industrial pela Prefeitura de Espinosa e pela doação dos galpões pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Porém, de fato, o *cluster* não foi o resultado de uma ação planejada, uma vez que seu surgimento foi espontâneo, fruto da ação e do sonho coletivo dos empreendedores da região. Isso confirma a visão de Schmitz (1997) de que, em países em desenvolvimento, a formação de *clusters* não tem sido o resultado de uma intervenção do Estado, já que tem emergido de dentro.

Como Espinosa está distante dos grandes centros industriais do País, ainda não foi possível a instalação de uma cadeia a ré de fornecedores de insumos, serviços e equipamentos, o que, na classificação de Cassiolato e Szapiro (2003), situa o APL da Moda como do tipo “hierárquico”, em que a existência de uma governança local é questão de sobrevivência para o arranjo, papel no qual a empresa âncora se destaca. Como entre as empresas pesquisadas há algumas criadas há poucos anos, pode-se considerar o Arranjo como de média territorialidade, o que significa, na visão de Porter (1988), que o APL não está consolidado, já que isso só ocorre após uma década de existência, para realmente desenvolver plena vantagem competitiva.

Os valores mais compartilhados são a qualidade do produto e a união entre os empreendedores, facilitada pela amizade que existe entre eles. De fato, percebeu-se que a forma como os atores se organizam no APL da Moda é fruto de suas relações locais, confirmando o que apresenta Berger e Luckman (2009) de que toda a dinâmica social dos arranjos produtivos está intimamente ligada à interação face a face. Notou-se, no contato com a maioria dos empreendedores do Arranjo, certo empoderamento na narrativa de suas trajetórias e superação de dificuldades, na maneira como se apropriaram de seu destino, fruto da acumulação de seu capital social, denominado por Abramovay (2000) como processo de aquisição de poder.

Apesar de possuir um nível satisfatório de sucesso no contexto colaborativo, o APL da Moda necessita rever algumas questões que dizem respeito à: (I) inovação; (II) maior ousadia mercadológica. Com relação a este último aspecto, é recomendável que isso não seja feito baseado no voluntarismo individual de algumas iniciativas isoladas e, sim, por meio de ações conjuntas de marketing do Arranjo como um todo.

A pesquisa identificou que, na visão dos representantes dos órgãos de apoio que participam da governança do APL, o impacto econômico no município foi significativo. Apesar de acreditarem numa expansão dos negócios, apontaram que as duas maiores dificuldades são a falta de profissionalismo dos empresários e a

inércia em buscar novos mercados. Por outro lado, os gestores das empresas expressaram seu descontentamento com relação à situação do Distrito Industrial, cuja infraestrutura precisa ser finalizada com asfaltamento e iluminação das ruas, construção do trevo e da estrada marginal de acesso para os funcionários.

Um dos vetores políticos que deveriam ser incentivados é o relacionado à cooperação institucional, que, segundo Suzigan *et al* (2004), não foi ainda desenvolvida pelos APL's brasileiros nos moldes paradigmáticos da Terceira Itália, com a criação de centros de formação técnico-profissional, cursos de gestão e compras coletivas. Isso vem ao encontro do pleito da região e do setor quanto à aceleração da inauguração da Escola Técnica da Unimontes em Espinosa, prevista para 2020, que servirá como fonte de conhecimento e de formação de mão de obra qualificada para as empresas do polo.

A maioria das empresas do Arranjo pode ser classificada como microempresas, representando 60% do total de empreendimentos; seguidas por pequenas empresas, representando 20%; e médias empresas, completando os restantes 20%. O destino da maior parte da produção de peças finalizadas no APL da Moda são os outros estados brasileiros, que, no caso das médias confecções, responde por 93,8%. O mercado local não apresenta significância e ainda não há exportações. O nível de escolaridade predominante nas empresas do Arranjo é o nível médio completo. Não foram encontradas pessoas analfabetas trabalhando no APL.

Todas as empresas do Arranjo foram consideradas inovativas. Com relação à capacidade de inovação de produtos e processos, nos últimos dois anos, 100% das médias e pequenas empresas fizeram inovações no desenho de produtos e apenas metade das microempresas introduziu inovações, o que se repetiu com relação à introdução de novas práticas de gestão. Com relação a mudanças significativas nos conceitos e/ou práticas de comercialização, 100% das empresas de porte médio, 50% das de pequeno porte e 33% das microempresas investiram nessa área. Acresça-se a isso que, nos dois últimos anos, foram realizados treinamentos para capacitação dos funcionários por 100% das empresas pesquisadas.

As principais fontes de informação e de aprendizado para todas as empresas, independentemente do porte, foram a área de produção e o contato com os clientes. Não existem vínculos com universidades, institutos de pesquisa e laboratórios de teste, sendo o Sebrae seu parceiro de reconhecida representatividade.

Somente as empresas de maior porte, confecções mais estruturadas, como a empresa âncora, desenvolveram formas de cooperação para compra de insumos e equipamentos, para desenvolvimento de design, produtos e processos, para participação conjunta em feiras, demonstrando que o APL, como um todo ainda precisa crescer muito nesse campo. Como destacado por Costa (2012), o APL é um instrumento útil para se trabalhar com empresas de pequeno porte desde que atuem coletivamente, e não individualmente.

Estratégias como melhoria na qualidade e diversificação do produto seriam recomendáveis. Isso porque, conforme Cassiolato e Szapiro (2003), ambos os esforços avançam em direção à produção de bens mais complexos, aumentando significativamente o grau de territorialidade, em que “[...] tecnologia e trabalho qualificado tornam-se intrínsecos ao sistema local [...]”.

Nada disso surtirá o efeito desejado sem a implementação de políticas e desenvolvimento de novas formas institucionais que ajudem o APL a fazer a travessia da competitividade local para o âmbito nacional. Assim, considerando a abordagem de Brandão (2007), seria interessante a adoção de um plano que levasse em consideração também os fatores externos não controláveis, como o câmbio, as crises econômicas e as oscilações do mercado.

6 Considerações finais

Os resultados obtidos indicam uma significativa aglomeração produtiva, que sinaliza a possibilidade de um avanço no sentido da consolidação do APL da Moda, passando do estágio inicial embrionário para o de crescimento via inovações e economia de escala.

Em linhas gerais, constatou-se que o APL da Moda é uma experiência muito rica em termos de organização, tratando-se, portanto, de uma trajetória inesperada, que superou todos os obstáculos naturais decorrentes da localização em uma região carente de recursos e distante dos grandes centros produtivos e comerciais do País.

Por outro lado, foram também detectadas algumas limitações, relacionadas à necessidade de uma maior profissionalização na gestão das empresas e de maior participação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas para a região, sendo esses alguns dos possíveis eixos para futuros trabalhos sobre o assunto.

Assim, por meio do presente estudo, verificou-se que o APL da Moda de Espinosa contribui de forma relevante para a economia da região, por meio da geração de emprego, renda, inovações e remuneração média para o Município.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

Associação Comercial e Empresarial de Espinosa – ACE. **Estudo de viabilidade do Polo de Confecção de Espinosa - MG**. 2011.

AZEVEDO, Ana Cláudia; PEREIRA, Cristina Espinheira Costa; CUNHA MASCENA, Keysa Manuela. Análise de competitividade em clusters de negócio: uma consolidação de parâmetros. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 610-634, maio 2020. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13226> Acesso em: 19 ago 2020. doi: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.13226>

BECATTINI, G.O. Distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G. (org.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta, 1994.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. cap. 3.

BRANDÃO, C. A. Construir o espaço supralocal de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento: os novos arranjos institucionais. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. **Economia regional e urbana: contribuições recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

CARIO, S. A. F.; NICOLAU, J. A.; Estrutura e padrão de governança em arranjos produtivos locais no Brasil: um estudo empírico. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 177-206, 2012. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2512>>. Acesso em: 04 abr 2020.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relum e Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. M. M. Celso Furtado e os Dilemas da Industrialização e Inovação no Brasil. **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro/RJ, v. 10, n 17, p. 188-213, 2015.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.; CASSIOLATO, J.; MACIEL, M. (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relum e Damará, 2003.

COLEMAN, J. S. "Social capital in the creation of human capital". **American Journal of Sociology**, n. 94, supl., p. 95-120, 1988.

COSTA, A. B.; COSTA, B. M. Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, v. 9, n. 15, jan. 2007.

COSTA, A. O Papel dos APL's, das Grandes Empresas e das Cadeias Produtivas no Desenvolvimento Econômico. In: BREITBACH, A.C. (org.) **Os desafios do Desenvolvimento Regional**. Porto Alegre: FEE, 2012.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GAROFOLI, G. Les systèmes de petites entreprises: um cas paradigmaticque de dèveloppement endogène. In: BENKO, G. LIPIETZ, A. (orgs.) **Les régions qui gagnent**. Paris: Press Universitaires de France, 1992.

GAROFOLI, G. **O exemplo italiano**: ensaios FEE. Porto Alegre, RS: s.n., 1993.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO COSTURAR. Facções e confecções de Espinosa - MG. Espinosa, 2019. Facebook: grupo costurar. Disponível em: <https://www.facebook.com/Grupo-Costurar-797677430368228/>. Acesso em: 7 jun. 2019.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1961.

HIRSCHMAN, A. Transmissão Inter-regional do Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

IGLIORI, D. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo: Iglu, 2001.

ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS/FJP. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. 2017. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/. Acesso em: 28 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. In: Cidades@. [Site]. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 jun. 2019.

KLEIN, C. F. **O Desenvolvimento Econômico Regional na Região Sul do Brasil**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2017.
LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LIMA, M. C. Tipos de pesquisa e técnicas de coleta de materiais: a pesquisa bibliográfica. In: **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARKUSSEN, A. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. Tradução de William Ricardo de Sá. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 99-44, 1995.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MCNAUGHTON, R. B. “Industrial districts and social capital”. In: GREEN, M. B. ; NAUGHTON, R. B. (eds). **Industrial networks and proximity**. Aldeshort, UK: Ashgate, 2000.

MERRIAM, S. B. The design of qualitative research. In: **Qualitative research and case study applications in education**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1972.

MYTELKA, L.; FARINELLI, F. **Local clusters, Innovations Systems and Sustained Competitiveness**. United Nations University, Institute for News Technologies. Maastrich. The Netherlands. 2000.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PERROUX, F. O conceito de polos de crescimento. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte. CEDEPLAR, 1977.

PORTER, M. E. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, p. 77-90, Nov./Dez. 1988.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA, 2019. Disponível em: <https://espinosa.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 19.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1993.

REIS, J. A. A Globalização como Metáfora da Perplexidade? Os processos geoeconômicos e o “simples” funcionamento dos sistemas complexos. In: SANTOS, B.S. (org.) **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SEBRAE/MG. **Análise de Atratividade de APLs**. Setor de Confecção em Espinosa. 2012.

SUZIGAN, W. (coord.). **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Diretoria de Estudos setoriais – DISET. out. 2006. Relatório consolidado.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R.; SAMPAIO, S. Clusters ou Sistemas locais de produção: remapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia política**, São Paulo, Centro de Economia Política, v. 24, n. 4, p. 543-562, out/dez. 2004.

TEIXEIRA, R. B.; NASCIMENTO FILHO, R. S. A consolidação dos arranjos produtivos locais como mecanismos de desenvolvimento sustentável e inclusão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ENEGEP, 27., 2007. **Anais [...]** Foz de Iguaçu, PR, 2007.

VIEIRA, J. C. Desafios e Perspectivas do APLs de Segunda Geração. **Mercator**, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. 16, p. 1-14, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/mercator/v16/1984-2201-mercator-16-e16005.pdf>>. Acesso em 18 ago 2020. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16005>

VILLASCHI FILHO, A.; CAMPOS, R. R. Sistemas/arranjos produtivos localizados: conceitos históricos para novas abordagens. In: CASTILHOS, C.C. **Programa de apoio aos sistemas de produção e construção de uma política pública no RS**. Porto Alegre: FEE/Sedai, 2002.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Vanessa Marzano Araujo. Doutora em Economia (IERI – UFU). Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG/Unimontes). Instituto de Ciências Agrárias, Avenida Universitária, 1000 – Bairro Universitário, Montes Claros, MG. CEP 39.404-547. E-mail: vanessamarzano@yahoo.com.br

Délcio Pereira Fortes. Mestre em Sociedade, Ambiente e Território pela UFMG/Unimontes. Graduado em Engenharia Metalúrgica pela UFOP. Professor do curso de Engenharia Mecânica na UNIFIPMoc. E-mail: delciopfortes@hotmail.com

Submetido em: 21/04/2020

Aprovado em: 12/08/2020

Como citar: ARAUJO, Vanessa Marzano; FORTES, Délcio Pereira. O Arranjo Produtivo Local da Moda de Espinosa/MG: uma trajetória inesperada. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa

Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 1233-1256, sep. 2020. ISSN 1982-6745. doi:
<https://doi.org/10.17058/redes.v25i3.15049>.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

- a. Fundamentação teórico-conceitual e problematização: Vanessa Marzano Araujo e Délcio Pereira Fortes
- b. Pesquisa de dados e análise estatística: Vanessa Marzano Araujo e Délcio Pereira Fortes
- c. Elaboração de figuras e tabelas: Vanessa Marzano Araujo e Délcio Pereira Fortes
- d. Fotos: Vanessa Marzano Araujo e Délcio Pereira Fortes
- e. Elaboração e redação do texto: Vanessa Marzano Araujo e Délcio Pereira Fortes
- f. Seleção das referências bibliográficas: Vanessa Marzano Araujo e Délcio Pereira Fortes

Fontes de financiamento: Recursos próprios